



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8

Comunicação, medicina e evolucionismo: estudo de caso dos média brasileiros

MÔNICA CARVALHO

Universidade Federal do Rio de Janeiro ~ monica.marino@gmail.com



Resumo:

O objectivo deste trabalho é discutir acerca da noção de intelectual-jornalista no campo científico a partir de um estudo de caso dos média brasileiros. Com este conceito, Bourdieu se referia ao papel dos críticos e avaliadores que julgam produtos culturais diversos e lhes dão maior ou menor evidência nos veículos de comunicação. Contudo, o termo parece não restringir-se ao campo de produção cultural e, no Brasil, pode ser observado também na área biomédica. No caso em estudo, Dráuzio Varella tem função de médico e jornalista ao mesmo tempo. Enquanto médico-jornalista, ele reveste-se de seu direito de expressão, mediática e cientificamente reconhecido, e, no entanto, faz uso de um discurso não científico, repleto de metáforas, certezas e juízos de valor, ou seja, cientificamente desqualificado, mas, ainda assim, estatutário. A importância de Varella deu-se no contexto de minha pesquisa de doutorado sobre o nexos obesidade/pobreza no jornal brasileiro "Folha de São Paulo". Das 65 peças seleccionadas entre 1996 e 2005 neste jornal, e que apresentavam em seu conteúdo algo sobre a relação obesidade/pobreza, havia nove colunas do médico, além de ele ter sido citado como fonte em duas reportagens. Porém, a actuação de Varella vai além deste jornal. Ele está presente em diversos veículos de comunicação e, inclusive, tem seu próprio sítio na Internet. Enquanto intelectual-jornalista, o médico ratifica certa 'ordem estabelecida': ele sempre fala segundo um ponto de vista radicalmente evolucionista. Nos média, ele 'vende' um modelo darwiniano acerca da saúde, em particular da obesidade enquanto doença ou epidemia de origem ancestral. No âmbito da obesidade/pobreza, seu discurso enfatiza a noção de obesidade como anacronismo biológico e conduz à naturalização e medicalização da pobreza, na medida em que também aponta para a noção de darwinismo social.

Palavras-chave:

Comunicação e saúde, evolucionismo, obesidade e pobreza, intelectual-jornalista.

Introdução

Há alguns anos temos acompanhado o tema da saúde nos média, que ganha cada vez mais destaque e importância como notícia. Primeiramente, nota-se seu apelo comercial, na medida em que, de forma muito frequente, as notícias referem-se a novas drogas ou tecnologias biomédicas, supostamente capazes de solucionar certos problemas de saúde. Em segundo lugar, ao informar acerca deste ou daquele assunto sobre saúde, parece existir a perspectiva de que os média contribuam para o melhoramento das condições de vida dos indivíduos e das populações. Contudo,

se os aspectos comerciais e educativos são mais perceptíveis, as racionalidades que servem-lhes de base nem por isso se fazem assim tão explícitas.

Para além dos temas em saúde, também destacam-se as fontes autorizadas a dizerem algo acerca da saúde, ou seja, indivíduos do campo biomédico a quem os jornalistas recorrem para produzir notícias fidedignas do ponto de vista médico e científico. Alguns indivíduos, por ganharem muita visibilidade nos espaços mediáticos, de fontes transformam-se em “jornalistas” e adquirem espaços fixos e até privilegiados em veículos noticiosos. É desta forma que se observa o trabalho do médico Dráuzio Varella, no Brasil.

Há quase uma década Varella é personagem comum em jornais, televisão, rádio e internet. Sua carreira mediática começa a ganhar força com a publicação de seu livro “Estação Carandiru”, em 1999, sobre sua vivência como médico numa das mais conhecidas penitenciárias da América Latina. Hoje desactivada, Carandiru foi palco de uma rebelião em 1992, onde 111 presos foram mortos em confronto com a polícia. Após tornar-se *best seller*, o livro transformou-se no filme “Carandiru”, que concorreu ao Óscar de melhor filme estrangeiro em 2002.

A importância do médico neste trabalho deve-se a minha pesquisa de tese defendida em 2007, na qual analisa-se onexo obesidade-pobreza no jornal brasileiro “Folha de São Paulo” (FSP). Das 65 peças noticiosas seleccionadas no diário, de 1996 a 2005, e que evidenciavam este nexo, nove delas eram colunas de Varella. Em outras duas reportagens ele é citado como fonte. Assim, 17% do material colectado constituía-se discursivamente sob a égide do médico, que, de modo veemente, defende um modelo darwiniano acerca da saúde, em particular da obesidade como doença ou epidemia de origem ancestral. Desta forma, identificamos o médico-jornalista como *intelectual-jornalista*, tal como o define Pierre Bourdieu, na medida em que defende certa ordem estabelecida, cujas bases são concepções político-económicas liberais actuais.

Contextualização da discussão

Em Dezembro de 2004 circularam nos média brasileiros os resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2002/2003, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por mais de um mês falou-se a respeito deste tema e de todas as consequências que ele poderia gerar, pois concluíam-se que, no Brasil, havia mais pessoas obesas que desnutridas. Isto confrontava o país com uma tendência epidemiológica há tempos identificada nos países mais ricos: a transição nutricional. Este fenómeno indica o aumento das doenças crónicas decorrentes do excesso de ingestão calórica e a diminuição das doenças provocadas pela desnutrição.

Tanto na literatura oficial científica como nos média, o acesso e o excesso destacam-se como pivôs de um cenário onde a transição nutricional parece generalizar-se. O acesso é o que o mercado de produtos alimentícios promove desde a segunda metade do século XX, assim como as políticas de emergência no combate à fome costumam oferecer. O acesso também parece conduzir ao excesso: de disponibilidade de alimentos, com o aumento da produção industrial, e de calorias, com o desenvolvimento do *fast food*, por exemplo.

No entanto, se o contexto socioeconómico parece ter levado ao que a Organização Mundial de Saúde (OMS) chama de “epidemia mundial de obesidade” (OMS, 2003), nos discursos desta e de outras instituições, assim como nos meios de comunicação, este mesmo contexto fica em segundo plano e a conduta alimentar individual figura como causa principal de um grave problema de saúde. Assim, passam a ser valorizadas as políticas de controlo de si, baseadas na culpabilização e responsabilização dos indivíduos sobre o que e quanto comer em um ambiente de acesso e excesso ou de facilidades e fartura.

Paralelamente a isto, há os que explicam este novo quadro epidémico mundial a partir de aspectos genéticos, embora não seja a explicação predominante entre os que abordam esse tema no

meio científico. A abordagem evolucionista tem origem na teoria do “gene poupador”, do geneticista americano James Neel. Ele concebia que, nos primeiros anos de vida, o gene da diabetes era poupador, ou seja, era altamente eficiente na utilização da comida, conferindo vantagem de sobrevivência em tempos de escassez de alimentos nas sociedades que subsistiam através da caça ou das sociedades agrícolas pré-industriais. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades teriam passado por mudanças em relação à produção de alimentos, levando-as da escassez para a abundância, o que tornaria o gene poupador uma desvantagem actualmente, pois seus portadores seriam mais susceptíveis à obesidade e à diabetes (McDermott, 1998: 1189).

Porém, a concepção evolucionista generaliza o conceito de gene poupador de Neel e explica a tendência à obesidade a partir da evolução da espécie humana, segundo a qual seríamos descendentes de homens e mulheres que sobreviveram a situações de penúria. Segundo afirma a teoria da evolução aplicada ao ganho de peso, na história da humanidade sobreviveram os indivíduos que tinham grande capacidade de acúmulo de energia ou caloria, associada a uma competência fisiológica para economizar essa mesma energia acumulada. Este mecanismo possibilitou a nossos ancestrais enfrentar os tempos de escassez alimentar. Por sermos o resultado dessa evolução – ou da adaptação do ser humano à histórica instabilidade da oferta de alimentos –, também teríamos essas mesmas características fisiológicas: acumulamos e poupamos energia com facilidade.

Apesar de distinta da concepção socioeconómica, o evolucionismo conduz ao pensamento de que a melhor – quem sabe até a única – alternativa para o problema da obesidade é a mudança na conduta alimentar do indivíduo. Se o peso da responsabilidade pessoal poderia parecer menor, contudo, a característica determinista desta concepção nos remete à obesidade como um problema incontornável e, portanto, à necessidade de o indivíduo apoiar-se muito mais no esforço pessoal para resistir ao universo de excessos da actualidade.

Mas, a perspectiva evolucionista também tem outras implicações:

- (a) Ela é uma maneira de naturalizar a obesidade quando pensada em par com a pobreza. Isto quer dizer que indivíduos pobres acima do peso ou obesos constituem-se num fenómeno “natural”, embora isto ainda assim seja um problema.
- (b) Ela também mostra-se determinista do ponto de vista fisiológico. No caso da obesidade em geral, a condição do obeso é a de quem precisa se esforçar para manter seu peso ideal, deve ser mais obstinado. Para os que têm mais recursos financeiros, as possibilidades são maiores, já que existe a opção por diversos acompanhamentos profissionais, dietas, tratamentos, drogas e até cirurgias, nos casos em que a obesidade é extrema.
- (c) Quando a obesidade é relacionada à pobreza, o determinismo fisiológico estende-se a um determinismo social. A tendência “natural” à obesidade seria, em princípio, uma característica fisiológica que a maioria dos indivíduos parece ter, independentemente da classe social ou nível de renda ao qual pertença. Contudo, esta mesma tendência, associada às condições de vida na pobreza – insegurança alimentar, baixo nível educacional etc. –, representa aumento do risco, já que as situações de precariedade dos antepassados se mantêm de forma semelhante até os dias de hoje entre os indivíduos dos grupos mais pobres. Isto significa que o mecanismo biológico da economia de energia passa a ser crucial para a sobrevivência desses indivíduos que, diante da maior oferta de alimentos e com a diminuição dos seus preços, em particular dos mais calóricos, agravado pela falta de opções, devido aos limites impostos pela baixa renda, têm papel de destaque no fenómeno global da *transição nutricional*.
- (d) Por fim, vê-se que a perspectiva evolucionista leva à *medicalização* da pobreza. Em sua relação com a obesidade, a pobreza se encontra na raiz da actual “doença” e constitui-se como agravante do actual estado epidémico que temos no mundo.

Assim, a concepção evolucionista leva a naturalizar as questões sociais em geral e, conseqüentemente, a própria exclusão. Este determinismo social tem sua base no darwinismo social, uma apropriação de Herbert Spencer dos conceitos de evolução e de selecção natural de Darwin aplicados à dinâmica social, no século XIX. Ao explicar a pobreza e a miséria a partir de uma perspectiva biológico-determinista, Spencer naturalizava as desigualdades sociais. Seu propósito era defender uma prática liberal legítima – entendida como a liberdade *versus* o Estado-coerção –, negando os princípios de uma política de bem-estar social que, já à sua época, era praticada na Inglaterra. Para ele, a herança genética reflectia na maior ou menor aptidão que alguns indivíduos tinham para ascenderem social e economicamente (Spencer, 2004: 51).

Importa destacar que o darwinismo social de Spencer adquiriu força num contexto de produção de saberes sobre as populações a partir da documentação de dados a seu respeito. Esses dados passam a ser relacionados a outros fenómenos da vida social que demandam certo governo, tais como pobreza, doença, crime, suicídio e tantos outros. Assim, as populações revelam-se por suas estatísticas e apresentam suas próprias regularidades, ocorrências de mortes e doenças etc., cujos efeitos económicos são mensurados. Logo, a partir da teoria da evolução, as populações são entendidas organicamente e os habitantes de uma nação vistos como uma “forma de vida”: eles adquirem unidade em função de suas diversas características que se reproduzem através das gerações. Ou seja: as características e os destinos das populações de modo geral, seus traços físicos, inclinações morais, qualidades estéticas, talentos e capacidades intelectuais seriam forçados pelas leis da biologia evolucionista (Rose, 1999: 112-5).

A percepção orgânica e evolucionista da ordem social vincula um antigo modelo de classificação racial da espécie humana a uma nova base biológica e constitutiva. O bom estado da raça pode vir a melhorar ou a piorar, e condições externas e internas que afectaram os índices das gerações, a partir de diferentes aspectos da raça, produziriam o bom estado da raça de modo amplo. Conseqüentemente, sua habilidade para sobreviver, prosperar e de ter êxito na luta entre as nações. As diversas patologias sociais agora poderiam ser reconceituadas como algo que emana a partir das características da raça e dos efeitos das condições externas e internas sobre estas características [tradução nossa]. (op. cit.: 115)

Segundo Nikolas Rose (*op. cit.*: 115-6), isto dá base, por exemplo, a um discurso de deterioração da “raça inglesa” e, mais tarde, de sua degenerescência, como consequência da migração do interior para as cidades e de habitantes de outros países da Europa e de outros continentes para a Inglaterra; dos efeitos desastrosos da vida moderna; das diferentes taxas de reprodução dos mais e dos menos aptos. No limite, a percepção da ordem social a partir da lei da evolução pode gerar desde diferentes formas de racismo no interior de uma mesma sociedade até, como aconteceu no caso do Nacional-socialismo Alemão, acções eugenistas para tornar a maioria da população pertencente às raças tidas como superiores.

No caso da obesidade, embora nas últimas décadas ela tenha adquirido estatuto de doença, deve-se considerar ainda todos os aspectos sociais e morais aos quais um indivíduo obeso, ou apenas acima do peso tido como ideal, está sujeito actualmente. Nos média, por exemplo, há situações em que vê-se a utilização de terminologia pejorativa de modo a expressar desaprovação em relação ao obeso e caracterizá-lo como aquele que não se cuida, é desleixado, tem limitações físicas, é desproporcional e não se controla (Carvalho, 2007: 196-9). Ao mesmo tempo, observa-se também uma enorme valorização da estética da magreza, o que, implicitamente, constitui o obeso como o negativo da beleza, do sucesso pessoal, da ascensão profissional.

De certa forma, parece que este modelo apregoado nos média pode reflectir-se também em certos grupos sociais. Um exemplo é o estudo sobre as representações sociais e as práticas de cuidado com a saúde e a alimentação de funcionários administrativos da cidade de São Paulo, de

Rosa Garcia (2005). Ela observou que os sentimentos dos entrevistados a respeito de suas práticas alimentares revelaram conflitos entre os discursos da saúde e do paladar e sentimentos de culpa pelo consumo do que é tido como inadequado (op. cit.: 217).

Dessa maneira, vê-se que, embora os discursos oficiais sobre a obesidade se apoiem em supostas evidências sociais ou fisiológicas, de modo a serem científicas, é importante observar também como esses mesmos discursos levam a julgamentos e à moralização das práticas quotidianas na actualidade. Ou seja: mesmo que fundamentem-se na dimensão molecular da fisiologia humana ou em aspectos mensuráveis da vida social, tais discursos constituem categorias, assim como prescrições de “dever-ser”, normas, juízos de valor, estigmatizações, regulações etc., que podem ser aplicadas a futuras políticas de controlo.

Campo jornalístico e papel do intelectual-jornalista

Quando reproduzidos nos média, os discursos científicos transpõem os limites do campo de que fazem parte e ganham mais visibilidade. Contudo, ao mesmo tempo em que popularizam e universalizam alguns modelos interpretativos, os média também tornam outros modelos menos visíveis. Ou seja: a “universalização” de certos modelos científicos significa o não acesso do vulgo ao universal científico. Isto se dá em função da própria dinâmica no interior do campo jornalístico, assim como pelas relações e mútuas influências entre este e outros campos.

Primeiramente, importa notar que a reprodução do discurso científico nos média não se dá pela mera transposição ou adaptação do conteúdo científico para o universo jornalístico. Além de utilizar outros discursos para produzir sua própria fala, é nos veículos de comunicação que se dão as escolhas para a produção da notícia, desde a pauta e as fontes até seu lugar na página. É preciso lembrar que os veículos também são leitores “de outros discursos”, assim como hiperprodutores “dessa grande conversação, quando funcionam no processo de organização e oferta das condições através das quais devem ser lidos os discursos e tidos como verdades” (Fausto Neto, 1999: 23).

Para Bourdieu, tais “escolhas” levam à filtragem e até *censura* do que deve ganhar visibilidade ou não, do que importa ou não no imenso universo do que se produz nos diversos campos.

Não há discurso (análise científica, manifesto político etc.) nem ação (manifestação, greve etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova de seleção jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de “prender sua atenção”, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereciam atingir o conjunto dos cidadãos. (Bourdieu, 1997: 67)

Todavia, esta aparente autonomia do campo jornalístico é relativa, pois ele é muito dependente das forças externas exercidas por outros campos. Sua maior dependência se daria, em particular, em relação ao campo económico, mais até do que ao campo político, já que as acções no campo jornalístico encontram-se extremamente vinculadas às sanções e oscilações do mercado. Portanto, este campo depende directamente da demanda, identificada a partir de índices de audiência ou vendagem e conseqüente atracção de anunciantes e patrocinadores (op. cit.: 76). Entretanto, essa dinâmica, que conduz a comportamentos bastante padronizados por parte de jornalistas e veículos de informação, também é capaz de exercer pressão sobre outros campos, muitas vezes limitando-os. Bourdieu explica:

Através da pressão do índice de audiência, o peso da economia se exerce sobre a televisão, e, através do peso da televisão sobre o jornalismo, ele se exerce sobre os outros jornais, mesmo sobre os mais “puros”, e sobre os jornalistas, que pouco a pouco deixam que problemas de

televisão se imponham a eles. E, da mesma maneira, através do peso do conjunto do campo jornalístico, ele pesa sobre todos os campos de produção cultural. (op. cit.: 81)

A influência do campo jornalístico sobre outros campos dá-se também a partir da enunciação do que Bourdieu denomina “veredictos”. Tratam-se dos balanços anuais e das listas dos “melhores”, por exemplo, muito comuns nos veículos noticiosos, e que fazem subir ou descer a “cotação” de políticos, artistas, intelectuais, cientistas etc. Tais veredictos podem ser utilizados por estes mesmos sujeitos para manter-se no foco dos média e das atenções populares e, assim, subir cada vez mais sua cotação, dentro e fora do campo de que fazem parte, inclusive no interior do próprio campo jornalístico. Desta maneira, surgem em cena o que o autor chama de *intelectuais-jornalistas*.

O intelectual-jornalista é uma figura híbrida, meio jornalista e meio especialista, que se insere no jornalismo como uma outra forma de o campo jornalístico exercer certa influência sobre outros campos. A partir de seus pareceres ou julgamentos acerca de determinada questão de seu campo de especialidade, o intelectual-jornalista também dá acesso ao público não especialista a um discurso com o qual este público não está acostumado e que pode auxiliá-lo no processo de tomada de decisões individuais e até colectivas.

Esses "intelectuais-jornalistas", que se servem de seu duplo vínculo para se esquivar das exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro, estão em condições de exercer dois efeitos principais: de um lado, adotar novas formas de produção cultural, situadas num meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o exoterismo jornalístico; de outro lado, impor, em especial através de seus julgamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que, conferindo a ratificação de uma aparência de autoridade intelectual às sanções do mercado e reforçando a inclinação espontânea de certas categorias de consumidores à "alodoxia", tendem a reforçar o efeito de índice de audiência ou de lista de best-sellers sobre a recepção dos produtos culturais e também, indiretamente e a prazo, sobre a produção, orientando as escolhas (a dos editores, por exemplo) para produtos menos requintados e mais vendáveis. (op. cit.: 111)

Esta personagem passa a ter legitimidade no jornalismo, a qual baseia-se tanto em sua “capacidade” para julgar algo que faça parte de seu campo de produção, como por sua visibilidade nos média. Os intelectuais-jornalistas acabam por constituir-se como “produtos”: eles servem aos propósitos comerciais dos veículos e também transformam em produto o que dizem e o modo de dizê-lo. Muitas vezes, estabelecem certa “marca estilística” discursiva, de modo a diferenciar-se de outros de seu campo que podem fazer-lhes concorrência ou para destacar-se em relação ao modelo jornalístico de produção de notícias. Isto fica evidente quando vemos, por exemplo, o crítico teatral feroz; o comentarista político irônico; o médico que fala por metáforas.

Os intelectuais-jornalistas são especialistas que, no entanto, são instituídos e/ou instituem-se a função de comentar sobre temas de seu campo – e até mesmo de outros campos – que estão além dos limites de sua especialidade. Mas, quando o fazem, é sempre de forma dissimulada de si mesmos, do vulgo e de agentes do campo jornalístico. Daí sua propensão à *alodoxia*, ou seja, de tomar uma coisa por outra e, assim, reforçar esta mesma tendência em muitos consumidores.

O intelectual-jornalista está voltado ao mercado de grande produção e por isso opõe-se ao produtor cultural autónomo. Este é representado pelo sujeito que investe em capital específico e está voltado para o “mercado restrito no qual se tem por clientes apenas seus próprios concorrentes”. Segundo Bourdieu, quanto mais o intelectual-jornalista volta-se para as práticas heterónimas, de modo a “vender-se” mais facilmente, menos ele é reconhecido por seus pares. Ao contrário, quanto mais autónomo é o produtor cultural, mais reconhecimento tem em seu próprio campo. Por esta razão, ele seria menos inclinado que o primeiro a colaborar com os poderes externos ao próprio campo, tais como Estado, partido, jornalismo etc. (op. cit.: 88- 90).

Dráuzio Varella: intelectual-jornalista do campo da saúde

Chamado de ficção pelo autor, Estação Carandiru reúne as crônicas da cadeia, que ele escreveu nos últimos três anos. Foram 30 horas de entrevistas gravadas com os presos e funcionários do presídio, tomando o cuidado de preservar as verdadeiras identidades. Nenhum jornalista [sic] teria extraído um material como esse. Mas para um médico como o doutor Varella, que conquistou o respeito dos presos com uma longa e dedicada convivência, os homens do Carandiru se abriram como crianças.

Em 14 de Junho de 1999, a revista *Época*, semanário brasileiro de informação, publica uma resenha sobre o livro “Estação Carandiru”, recentemente lançado. No trecho acima, extraído desta resenha, o autor do texto revela-nos que, para além dos presos da casa de detenção, o médico Dráuzio Varella conquistava também o respeito no campo jornalístico. Seu livro é publicado pela Companhia das Letras, já na ocasião uma das maiores casas editoras brasileiras. Por isso, não espanta-nos que conseguisse bons espaços de divulgação nos média. Contudo, no texto da revista, destacam-se as características da obra e do médico que capacitam-no a exercer também a profissão de jornalista: ele tem o domínio técnico da tarefa jornalística e consegue fazer o que “nenhum jornalista” teria feito. Tal como os homens do Carandiru, os “homens” do jornalismo também “se abriram como crianças”.

Esta aparição de Varella em *Época* estava longe de ser a primeira ou a última. Ele começou sua inserção no campo jornalístico em 1986, nas rádios de São Paulo, a fazer campanhas para esclarecimento da população sobre a SIDA, na ocasião sua especialidade médica. Era orientado pelo jornalista Fernando Vieira de Melo. Desde então, ganha cada vez mais espaço em outros veículos, electrónicos e impressos, até que publica “Estação Carandiru”, seu primeiro livro fora da área de saúde, que parece ter consolidado sua actuação nos espaços mediáticos¹. Portanto, quando investigávamos acerca do nexos obesidade e pobreza na Folha de São Paulo (FSP), entre 2004 e 2007, sua condição de intelectual-jornalista já se tinha estabelecido há vários anos.

Ao realizar a busca e a selecção do material na FSP, entre 1996 e 2005, chegou-se a um total de 65 peças que faziam referência à relação obesidade e pobreza. Deste total, havia nove textos de Varella para sua coluna no jornal e duas reportagens que citavam-no como fonte. Foi justamente numa dessas reportagens, de 1998, que o médico aparece pela primeira vez a explicar sobre a obesidade, embora fosse oncologista.

“Os estudos revolucionam antigos conceitos sobre alimentação e duração da vida”, diz Drauzio Varella, cancerologista e diretor do Centro de Pesquisas e Tecnologia da Unip, Universidade Paulista.

As últimas pesquisas compararam três grupos de camundongos: o primeiro deles comeu à vontade, o segundo recebeu 30% menos de calorias e o terceiro teve uma redução de 60%.

Depois de anos de acompanhamento, foram tomados em cada um dos grupos os 10% que viveram mais e tirada a média de suas idades ao morrer. O segundo grupo viveu cerca de 30% mais que o primeiro e o terceiro teve uma duração de vida 60% maior que aquele que comeu à vontade. “Pode-se concluir que a diminuição do número de calorias é diretamente proporcional à longevidade”, diz Varella. (Biancarelli, 1998)

Em 2000, a seguir à publicação do livro, a importância de Varella aumentou muito para a FSP e outros veículos, que o contratam como colunista, comentarista e colaborador em saúde. Sua estreia como colunista da FSP – colunas quinzenais, a revezar-se com o cineasta Walter Salles – aconteceu

¹ Essas e outras informações podem ser lidas no site pessoal de Dráuzio Varella <http://drauziovarella.ig.com.br/>

em Maio daquele ano, no conjunto das mudanças provocadas pelo novo projecto gráfico do jornal. Naquele momento, o médico muda de descrição: de cancerologista e director do Centro de Pesquisas e Tecnologia da UNIP (Universidade Paulista) passa a ser designado como infectologista e escritor de *best-seller*. Desta forma, fica evidente que o sucesso de seu livro, eleva sua “cotação” na “bolsa dos valores intelectuais”, como diria Bourdieu (1997: 83), ao ponto de ser contratado pelo veículo.

O objetivo da reforma é dar opção para o leitor que tem tempo de ler o jornal e para o que não tem. "Um bom jornal, com o bombardeio crescente da mídia, é aquele que pode ser lido em 10 minutos ou três horas. O leitor tem esse direito", diz Scarpellini. Outras mudanças serão feitas com a reforma gráfica. O médico infectologista e escritor Drauzio Varella, autor do best-seller "Estação Carandiru", passa a assinar colunas aos sábados na Ilustrada, revezando-se com o cineasta Walter Salles. Ele estréia dia 20. (Folha... 2000)

Hoje, Varella é bastante solicitado pelos jornalistas como fonte para que diga algo sobre diversos temas em saúde. Para o médico, parece não haver impedimento ou constrangimento em falar sobre quaisquer assuntos fora da infectologia ou da oncologia. Além disso, na medida em que foi contratado pelo jornal para dizer algo sobre o que, em geral, os jornalistas não têm formação para fazê-lo, também passa a representar a fala ou opinião do próprio veículo sobre saúde. Assim, a qualificação médica, que, em geral, falta ao perfil de um jornalista, e a autoridade para dizer algo a respeito da saúde das pessoas, são atendidos pela presença de um *médico-jornalista*.

O termo é uma adaptação do conceito de *intelectual-jornalista* ao indivíduo do campo da saúde. Como já foi dito, o lugar do intelectual-jornalista é um “meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o exoterismo jornalístico” (Bourdieu, 1997: 111). Isto se observa nas colunas de Varella, quando ele tende a não citar as fontes ou as referências científicas das quais se vale para construir seus argumentos e apresentar suas ideias sobre saúde. Frases como: “um estudo conduzido na Inglaterra recentemente...” (Varella, set/2002); “recentemente, foram descritos mediadores químicos envolvidos na regulação do apetite e do peso corpóreo” (Varella, mar/2003); “um estudo ajuda a entender algumas características da epidemiologia da gota” (Varella, jun/2004); “uma análise crítica de oito estudos recentes mostrou que...” (Varella, jul/2004); “um estudo recente conduzido pelo Rand Institute concluiu que...” (Varella, out/2004), são exemplos de estudos ou pesquisas que, mesmo valorizadas como referência por Varella, têm suas autorias desconsideradas no contexto de sua coluna, como se sua suposta autoridade médico-científica bastasse para conferir legitimidade às afirmações que faz.

A posição de Varella é a de médico e jornalista ao mesmo tempo, de quem atravessa o discurso biomédico por um modo de dizer objectivo e directo do jornalista – muitas vezes despreocupado com a autoria de quem diz através dele – e ‘lúdico’ e ‘brincalhão’, para não dizer sarcástico, de um suposto ‘educador em saúde para as massas’. A seus textos pode aplicar-se a categoria “grotesco”, tal como Foucault classificava os textos médico-jurídicos que utilizava como exemplo em suas aulas e escritos. Aqui, portanto, apropriamo-nos de sua definição de grotesco como “o fato [...] de deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los”, como “uma das engrenagens que são parte inerente dos mecanismos de poder”, num contexto em que se confere lugar e poder à paródia do discurso científico, com um discurso infantil e moralizante (Foucault, 2002: 15-8,44). Logo, como médico-jornalista, Varella reveste-se de seu direito reconhecido mediaticamente e faz uso de um discurso não científico, repleto de metáforas, “certezas” e juízos de valor, ou seja, cientificamente desqualificado, mas ainda assim estatutário. Vejamos o exemplo a seguir:

Tentar emagrecer é um inferno. Segunda-feira você começa o regime: duas torradas no café, meia maçã às dez horas, bifinho de cem gramas com três folhas de alface no almoço, iogurte desnatado às quatro da tarde e sopinha de cenoura no jantar. Imbuído das melhores intenções, você resiste quatro semanas ao suplício da fome permanente, sobe na balança e confere a recompensa: quatro quilos a menos. Sua mulher fica feliz, e o pessoal do escritório elogia com a delicadeza masculina: "Dando um fim naquela barriga ridícula, meu?" [sic]

Depois de um mês de dieta rigorosa, no entanto, você começa a fraquejar, mas apenas em dia de festa: meio sanduichinho, dois copos de cerveja, um brigadeiro. No dia seguinte, consumido pelo remorso você retorna à dieta rigorosa. No fim do segundo mês, porém, a balança é menos generosa: dois quilos a menos. Não é o ideal, mas está bom, pensa você, afinal já foram seis quilos! Nesse ritmo!

No terceiro mês, sua disposição para jejuar começa a dar sinais de cansaço. Não só em dia de festa acontecem as recaídas, nem há necessidade de comidas especiais. Você começa a se sujar [sic] por pouco: empadinha de padaria, salgadinho roubado do pacote do filho, pedaço de pudim esquecido na geladeira. Impiedosa, a balança trava e você se queixa: "Passo fome e não adianta nada".

Algumas semanas depois, você observa consternado que a menor extravagância alimentar é punida imediatamente com ganho de peso; o sacrifício de dias consecutivos é malbaratado por um deslize [sic] mínimo no fim de semana. Com a auto-estima em baixa, você desanima: "Não aguento mais fazer regime". Num piscar de olhos, engorda tudo o que perdeu e ainda ganha mais alguns quilos, de castigo [sic]!

Por que razão é tão difícil manter o peso ideal, se todos almejam ficar esguios e sabem que a obesidade aumenta o risco de hipertensão, diabetes, osteoartrite, ataques cardíacos e derrames cerebrais? (Varella, jul/02).

É por isso que, segundo Bourdieu, o intelectual-jornalista guarda de seu papel de intelectual apenas "os sinais exteriores, a parte exterior, visível, o que é manifesto, as manifestações, as exposições públicas". Para este autor, isto não teria importância se o intelectual-jornalista não abandonasse o que descreve como "o essencial" do intelectual, ou seja, a disposição crítica baseada numa certa "independência em relação às demandas e seduções temporais". Nesse sentido, pode-se dizer que o maior problema que se identifica no intelectual-jornalista, é a ratificação de uma "ordem estabelecida" (Bourdieu apud Le magazine de l'homme moderne, 2002: 33).

E que ordem ratifica Varella em seu discurso como intelectual-jornalista? Ele sempre fala a partir de um ponto de vista *radicalmente evolucionista*. O "radical" refere-se à presença do argumento evolucionista em todos os seus textos que fizeram parte da pesquisa de tese. Ele é o representante de uma concepção darwiniana sobre a saúde, em particular sobre a obesidade enquanto doença ou epidemia de origem ancestral. Além disso, de modo geral nas colunas seleccionadas para este trabalho, ele é conclusivo em afirmar, sempre no último parágrafo, de modo a encerrar com "sua defesa" do evolucionismo, ao dizer que a "natureza" não adaptou-se aos tempos actuais de excessos e que, por sermos "animais forjados em épocas de escassez", não podemos ter geladeira cheia, churrascaria rodízio etc.

Descendente de homínídeos obrigados a consumir energia para obter alimentos e fugir de predadores nas florestas, o cérebro humano, desenhado em época de penúria, não estava preparado para resistir às tentações da mesa e ao conforto dos sofás. (Varella, jul/2004)

A fome que sentimos resulta de um equilíbrio ajustado entre esses circuitos antagônicos, construídos e seleccionados por nossos antepassados remotos com a finalidade de resistir à falta permanente de alimentos, numa época em que as refeições eram alternadas com longos períodos de jejum forçado. O que representou sabedoria do cérebro para enfrentar a penúria deu origem ao flagelo da obesidade em tempos de fartura. (Varella, mai/2004).

A natureza é sábia, todos dizem, mas não foi capaz de prever que chegaríamos ao estado de fartura actual, acessível a milhões de seres humanos. Animais com cérebros forjados em tempos de

penúria não podem ter geladeira cheia, churrascaria rodízio e disque-pizza à disposição. (Varella, jul/2002)

Portanto, em um ambiente irresistível, mas ameaçador, é necessária uma disposição e uma enorme força de vontade para não sucumbir às possibilidades de escolha e aos excessos que povoam este ambiente, força e disposição estas que apenas os mais obstinados são capazes de ter.

Num mundo sedentário, com alimentos deliciosos ao alcance da mão, considerarmos a obesidade um problema de caráter é pura ignorância. Perder peso é empenhar-se numa batalha contra a biologia da espécie humana. Só os obstinados são capazes de vencê-la. (Varella, out/2004)

A radicalidade darwiniana de Varella não fica restrita ao tema da obesidade, até porque seu discurso não se restringe à área de saúde. De facto, é a partir da saúde que o médico estabelece julgamentos sobre outras áreas. Mas ele o faz segundo o mesmo ponto de vista evolucionista que caracteriza seus argumentos, o que conduz à naturalização e à *medicalização* de questões sociais, em particular da pobreza.

Isso fica muito evidente em sua coluna de 23 de Agosto de 2003, intitulada “De volta à natalidade”, na qual defende a implantação de uma política de controlo da natalidade entre os pobres, por considerá-la o problema mais grave do Brasil. O médico sabe o que significa este tipo de defesa e diz no primeiro parágrafo: “Tenho consciência plena de que essa afirmação é considerada politicamente incorreta [sic] e que me traz problemas com certas alas da intelectualidade todas as vezes que a faço. Mesmo assim, vou insistir nela”. Porém, a seguir, tenta justificar-se:

Nove meses de gravações de uma série sobre gravidez, realizadas para a TV em cinco cidades brasileiras, fortaleceram em mim a convicção de que, se não tomarmos providências imediatas, a violência urbana nas próximas décadas nos fará sentir saudades da paz que ainda desfrutamos em lugares como São Paulo e Rio de Janeiro. [destaque nosso]

Parece-nos óbvio que Varella fala de um lugar em que apenas os bem-sucedidos moradores do Rio de Janeiro e de São Paulo têm acesso. Ao mesmo tempo, atribui à “exagerada” reprodução dos pobres a ameaça à “paz” que ainda existe neste lugar em habita. Embora comece o texto com uma justificativa que antecipa sua concepção eugenista da realidade social brasileira, nos parágrafos seguintes, Varella desenvolve sua ideia com a defesa do acesso dos mais pobres aos métodos contraceptivos, de forma a conduzir à *noção de controlo da natalidade como um direito do pobre*. No entanto, conclui:

A falta de recursos para programas abrangentes de planejamento familiar é desculpa irresponsável! Sai muito mais caro abrir escolas, hospitais, postos de saúde, servir merenda, dar remédios e arranjar espaço físico para esse mundo de crianças. E, mais tarde, construir uma cadeia atrás da outra para enjaular os malcomportados.

Em nenhum instante, neste artigo, o médico-jornalista, considera o problema da desigualdade social e da péssima distribuição de renda no Brasil, nem discute questões históricas ou políticas económicas no Brasil e no mundo, pois relega uma série de aspectos sociais legítimos, que fazem parte dos debates acerca da questão da pobreza no país. Ao contrário, prefere utilizar argumentos spencerianos, em seu esforço por justificar uma racionalidade liberal que “prega” a irreversibilidade dos graves problemas sociais brasileiros e, assim, legitimar uma dinâmica socioeconómica excludente.

O exemplo anterior, tal como todo o discurso de Varella acerca da obesidade, esclarecem de que modo estabelece-se sua radicalidade evolucionista em seus textos. Esta radicalidade vincula-se

à persistência deste tipo de argumento em suas colunas, mas também à aplicação de um modelo biomédico à ordem social. Neste contexto, vê-se que o médico explica certas “patologias do social” a determinantes genéticos, cujas soluções, *a priori*, estariam na limitação da reprodução dos que são “portadores” de tais patologias. Assim, como já se observou, cai-se numa naturalização de aspectos do social e de sua conseqüente medicalização. Isto significa que, no caso da pobreza, ela passa a ser vista como um problema de saúde e não um problema social.

A medicalização da pobreza pode ser vista como uma forma de lidar com o mal-estar, o incômodo e, por vezes, o risco de uma “explosão” decorrente das próprias tensões a que este estado de coisas pode levar no Brasil. No entanto, não se pode negar que também tende a manter as coisas do jeito que estão, por fundamentar-se em “razões científicas”. Assim, na medida em que a pobreza deixa de ser efectivamente uma questão social, parece deixar também de ser uma questão política. Sua condição de acontecimento fatal a retira do universo da tomada de decisões governamentais ou a restringe a decisões políticas sanitárias. Dito isto, parece não ser mero acaso que, em 2005, Dráuzio Varella tenha sido convidado para ocupar o cargo de ministro da saúde do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, segundo nota oficial do governo, ele recusou o convite para manter suas actividades como médico – e talvez como “jornalista”.

No entanto, este facto também ilustra como o campo jornalístico é capaz de exercer força sobre outros campos. Varella é produto de consumo certo no campo jornalístico, portanto, valorizado enquanto tal, pois é bem recebido entre os consumidores. Através dele, os média vendem-se, mas também vendem racionalidades neoliberais que compartilham com ele de alguma forma (Carvalho, 2007). Logo, por sua competência médica publicamente reconhecida, tornam-no porta-voz de suas crenças. Desta forma, ele não apenas consegue subir sua própria cotação, mas faz subir a dos veículos em que aparece. Talvez também fosse esta a intenção do governo ao convidá-lo para o cargo, pois ele nunca foi e, provavelmente, nunca será ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual pertence o presidente. Mas, na última década, o médico conseguiu consolidar um enorme espaço de visibilidade e circulação de seu pensamento, que torna-o elegível ao maior cargo na área de saúde, num governo que, em princípio, por ser historicamente de esquerda, deveria opor-se ao que o médico costuma defender².

Neste facto, porém, o paradoxo parece pertencer apenas ao Estado. Enquanto médico-jornalista, Varella coloca-se de maneira muito coerente com a racionalidade darwiniana que fundamenta seus textos, e que, actualmente, leva-o a constituir-se como um dos maiores e mediaticamente mais visíveis representantes do darwinismo social no Brasil. Seja ao falar de obesidade, da gota ou de fertilidade, ele torna os incômodos problemas sociais brasileiros meras excrescências da dimensão biológica da vida humana. Deste modo, o médico dá sua contribuição a modelos políticos que propõem “administrar” questões de governo, a partir do desinvestimento crescente do Estado para, entre outras coisas, diminuir gastos públicos. Deste modo, ao menos em princípio, sua recusa ao ministério da saúde pareceu bastante coerente.

Certamente, Varella não é único intelectual-jornalista no Brasil a desempenhar este papel. No entanto, deve-se destacá-lo em função de sua capacidade de atrair para si manifestações de apoio explícito a seus pensamentos. O espaço para a moralização dos hábitos, das práticas sociais quotidianas e dos problemas do país, abre-se cada vez mais à participação colectiva através de seu discurso. Sobretudo na internet, apenas em pesquisa rápida no sistema de busca Google, “Dráuzio Varella” aparece cerca de 172.000 vezes onde, em grande parte das referências, vê-se que é objecto

² O “historicamente” aqui posto refere-se a um percurso do PT e do próprio presidente ligados aos movimentos sindicalistas e socialistas do período da ditadura militar (1964-1985). Contudo, a manutenção da posição de esquerda de Lula, ainda hoje, é aspecto muito discutível, em função da implantação de políticas que deram continuidade às propostas neoliberais do governo anterior. A isto principalmente, deve-se o “racha” ocorrido no partido, ainda no primeiro ano de seu governo.

de admiração. Suas frases, por vezes classificadas como uma das melhores frases ou “a frase do ano”, são reproduzidas em diversos blogues.

Neste sentido, deve-se destacar de Varella sua adesão e ratificação da actual ordem neoliberal e de sua colaboração na construção de um Estado no Brasil com tais características. Suas possibilidades, inclusive, parecem expandir-se concretamente, já que, com sua didáctica particular para divulgação de certa racionalidade médico-científica, ele ganha cada vez mais adesões de parte do vulgo e de representantes do poder político.

Para já, resta-nos saber se o actual Estado brasileiro, representado por um suposto governante de esquerda, de facto, pretende continuar a insistir na reprodução deste mesmo modelo defendido por Varella.

Bibliografia

- Aguirre, P. (2005) *Estrategias de Consumo: qué comen los argentinos que comen*, Buenos Aires: Miño y Dávila editores.
- Bourdieu, P. (1997) *Sobre a televisão*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Carvalho, M. (2007) *Obesidade e pobreza na imprensa: epidemiologia de uma questão social*, Tese de doutorado em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação.
- Folha muda para ficar mais prática (2000) *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 maio, Caderno 1, p. 14. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 01 ago. 2006.
- Foucault, M. (1998) ‘A governamentalidade: curso do Collège de France, 1 de fevereiro de 1978’ in Foucault, M. (1998) *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, pp. 277-95.
- _____. (2002) *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*, São Paulo: Martins Fontes.
- Garcia, R. W. D. (2005) ‘Alimentação e saúde nas representações e prática alimentares do comensal urbano’ in Canesqui, A. M. & Garcia, R. W. D. (eds.) (2005), *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 211-25
- Kennedy, G.; Nantel, G. & Shetty, P. (2003) ‘The scourge of ‘hidden hunger’: global dimensions of micronutrient deficiencies’, in FAO (2003), *Food, Nutrition and Agriculture*, No. 32, pp. 8-14.
- Le magazine de l'homme moderne (2002) *Lexique bourdieusien: parcours erratique de morceaux choisis*, 12/12/2002, disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/lexique/lexique.pdf>, consultado em 20/08/05.
- McDermott, R. (1998) ‘Ethics, epidemiology and the thrifty gene: biological determinism as a health hazard’, in *Social Science and Medicine*, Vol. 47, No. 9, pp. 1189-95.
- OMS. (2003) *Obésité: prévention et prise en charge de l'épidémie mondiale: rapport d'une consultation de l'OMS*, Genève: OMS.
- Spencer, H. (2004) *The Man versus the State with Six Essays on Government, Society and Freedom*, The online library of liberty, Liberty Fund Books (1a ed. 1884). Também disponível na internet em <http://www.dominiopublico.gov.br>.
- Rose, N. (1999) *Powers of freedom: reframing political thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Varella, D. (2002) ‘Raízes biológicas da obesidade’, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E9. 27 jul. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 17 jan. 2006.
- _____. (2002) ‘Olha o aviãozinho, meu filho’, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E16. 07 set. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>. Acesso em: 17 jan. 2006.

- _____. (2003) 'Obesidade inexorável', Folha de São Paulo, São Paulo, p. E10, 22 mar. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 17 jan. 2006.
- _____. (2003) 'De volta à natalidade', Folha de São Paulo, São Paulo, p. E14, 23 ago. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 21 jun. 2007.
- _____. (2004) 'Controle do apetite', Folha de São Paulo, São Paulo, p. E12, 29 mai. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 17 jan. 2006.
- _____. (2004) 'Gota: a doença dos reis', Folha de São Paulo, São Paulo, p. A1,E12, 12 jun. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 17 jan. 2006.
- _____. (2004) 'Obesidade, preguiça e câncer de mama', Folha de São Paulo, São Paulo, p. E12, A1. 10 jul. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 17 jan. 2006.
- _____. (2004) 'Obesidade paulistana', Folha de São Paulo, São Paulo, p. E15, 16 out. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 17 jan. 2006.